

PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

	ETRÔNICO N° 49/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
	EIRONICO N 49/2021 - REGISTRO DE PREÇOS
	utos e materias hospitalares destinados a grupos de
pessoas com doença	s crônicas, em decorrência da pandemia do COVID-19,
para atender a dema	anda da Secretaria Municipal de Saude".
SRP? Valor Total Estimado	o: R\$ 58.324,84 (cinquenta e oito mil trezentos e vinte e
SIM quatro reais e oitenta	a e quatro centavos)
Data de divulgação do Edital:	: 24/08/2021
	publicado no Diário Oficial dos Municipios de Mato
	UL e nos sites eletrônicos: www.licitacoes-e.com.br e
https://www.sidrolandia.ms.	O , 1 ,
	rônico de propostas: 25/08/2021 até as 08 horas do dia
08/09/2021.	
	: 08/09/2021 às 09:00hs, horário de Brasilia, no sítio
eletrônico <u>www.licitacoes-e.co</u>	
Inicio da disputa de lances: 0	
	e Fechado, conforme art. 33 do Decreto Federal
10.024/2019.	
Licitação Exclusiva ME/EP	
	Reserva de cota ME/EPP? Não
O Pregão Eletrônico será re	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET,
O Pregão Eletrônico será re	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, egrafia e de autenticação que assegurem condições de
O Pregão Eletrônico será re mediante recursos de cripto	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, egrafia e de autenticação que assegurem condições de
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, egrafia e de autenticação que assegurem condições de as do certame.
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, egrafia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, egrafia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, ografia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo comissao.licitacao@sidroland	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, ografia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo comissao.licitacao@sidroland Informações Adicionais	Reserva de cota ME/EPP? Não calizado em sessão pública, por meio da INTERNET, ografia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail dia.ms.gov.br comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo comissao.licitacao@sidrolandInformações Adicionais Telefones: (67) 3272-7400. E-mail:	Reserva de cota ME/EPP? Não ealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, grafia e de autenticação que assegurem condições de las do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail dia.ms.gov.br comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br Endereço: Rua São Paulo, Nº 964,
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo comissao.licitacao@sidrolandInformações Adicionais Telefones: (67) 3272-7400. E-mail:	Reserva de cota ME/EPP? Não cealizado em sessão pública, por meio da INTERNET, ografia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail dia.ms.gov.br comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br Endereço: Rua São Paulo, Nº 964, Sidrolândia - MS
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo comissao.licitacao@sidrolandInformações Adicionais Telefones: (67) 3272-7400. E-mail: comissao.licitacao@sidroland	Reserva de cota ME/EPP? Não calizado em sessão pública, por meio da INTERNET, ografia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail dia.ms.gov.br comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br Endereço: Rua São Paulo, Nº 964, Sidrolândia - MS CEP: 79.170-000.
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo comissao.licitacao@sidrolandInformações Adicionais Telefones: (67) 3272-7400. E-mail: comissao.licitacao@sidrolandPrefeitura de 03.501.574/0001-31.	Reserva de cota ME/EPP? Não calizado em sessão pública, por meio da INTERNET, ografia e de autenticação que assegurem condições de las do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br Endereço: Rua São Paulo, Nº 964, Sidrolândia - MS CEP: 79.170-000.
O Pregão Eletrônico será remediante recursos de cripto segurança em todas as etapa Pedidos de esclarecimentos Até as 11h00 do dia exclusivamente pelo comissao.licitacao@sidrolandInformações Adicionais Telefones: (67) 3272-7400. E-mail: comissao.licitacao@sidrolandPrefeitura de 03.501.574/0001-31.	Reserva de cota ME/EPP? Não calizado em sessão pública, por meio da INTERNET, ografia e de autenticação que assegurem condições de as do certame. Impugnações 02/09/2021 Até as 11h00 do dia 02/09/2021, horáro e-mail de MS exclusivamente pelo e-mail dia.ms.gov.br comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br Endereço: Rua São Paulo, Nº 964, Sidrolândia - MS CEP: 79.170-000.

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

O Edital está disponível para download nos endereços https://www.sidrolandia.ms.gov.br/arquivos/licitacoes e www.licitacoes-e.com.br



PÁGINA:	
۸66۰	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 4144/2021

PROCESSO LICITATÓRIO **/2021 MENOR PREÇO POR ITEM

PREÂMBULO

- 1 DO OBJETO
- 2 DAFORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
- 3 DA PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS
- 4 DO CREDENCIAMENTO
- 5 DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS
- 6 DA PROPOSTA ELETRÔNICA
- 7 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
- 9 DA HABILITAÇÃO
- 10 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
- 12 DOS RECURSOS
- 13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
- 16 DO PRECO
- 17 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
- 18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
- 19 DO PAGAMENTO
- 20 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
- 21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 24 -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

A PREFEITURA DE SIDROLÂNDIA-MS, sediada à Rua São Paulo, N° 964, Centro de Sidrolândia-MS, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado pela portaria de n° 1032/2021, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço unitario, nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do, do Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. O objeto do presente PREGÃO é o Registro de Preços para "Aquisição de produtos e materias hospitalares destinados a grupos de pessoas com doenças crônicas, em decorrência da pandemia do COVID-19, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saude". de acordo com as especificações técnicas constantes do Anexo I do Edital.
- 1.2. A Aquisição será formalizada por intermédio de Nota de Empenho, na forma descrita na ata de registro de preços e nas condições previstas neste Edital.
- 1.3. O valor máximo, que poderá ser contratado e praticado, é o constante do Termo de Referência.
- 1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.
- 1.5. A sessão de processamento do pregão será realizada por meio da internet, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições de segurança em todas as etapas do certame.
- 1.6. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitacoes-e.com.br", constante na página eletrônica do Banco do Brasil S/A- www.licitacoes-e.com.br.
 - 1.6.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (www.licitacoes-e.com.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública,



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, por meio do envio da petição ao Pregoeiro exclusivamente pelo e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br.

- 2.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de vinte e quatro horas, contadas de seu recebimento.
 - 2.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, caso advenha eventual modificação do Edital que afete a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
 - 2.2.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública exclusivamente pelo e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br.
 - 2.2.3. As respostas às impugnações apresentadas e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico.

3. DA PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas junto ao Banco do Brasil, o qual é o Provedor do Sistema, cujas informações poderão ser obtidas na página eletrônica PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA MS, Rua São Paulo, Nº 964 CEP 79.170-000 Sidrolândia/MS CNPJ nº 03.501.574/0001-31 Fones: (67) 3272-7400 comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br, www.licitacoes-e.com.br ou qualquer agencia do Banco do Brasil S/A, sediada no País.
- 3.2. NÃO PODERÃO PATICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:
 - 3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 3.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9° da Lei n° 8.666, de 1993;
 - 3.2.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 3.2.5. Estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, desde que não haja disposição expressa limitando os seus efeitos à esfera do ente sancionador;
- 3.2.6. Estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Município de Sidrolândia/MS;
- 3.2.7. Estejam cumprindo penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, desde que a decisão proferida pelo ente sancionador amplie, expressamente, os seus efeitos aos demais órgãos da Administração Pública Nacional;
- 3.2.8. Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do <u>licitacoes-e</u>, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao Banco do Brasil, o qual é o Provedor do Sistema, cujas informações poderão ser obtidas na página eletrônica <u>www.licitacoes-e.com.br</u> ou qualquer agencia do Banco do Brasil S/A, sediada no País.
- 4.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.
 - 4.3.1. Se a empresa for representada por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame e as operações no Licitacoes-e.
 - 4.3.2. Deverá acompanhar a Procuração, cópia do Ato Constitutivo (contrato social, registro, e/ou outros documentos legalmente aceitos), a fim de demonstrar que o outorgante possui poderes para tal.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 4.4. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, sócio administrador, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, através de cópia do Ato Constitutivo, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.5. Na hipótese de ocorrer reorganização societária do Proponente, por motivo de incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação, no transcorrer do prazo de validade do credenciamento, o Banco deverá ser comunicado imediatamente, para que o PREGOEIRO possa distinguir com precisão a empresa que está participando do certame.
- 4.6. Neste caso, a empresa resultante da incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação deverá providenciar a regularização da chave de identificação e senha para continuidade da participação no certame, junto a Agencia do Banco do Brasil onde foi efetuado o credenciamento original.
- 4.7. O credenciamento do Proponente de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.8. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e lei Complementar 147/2014, devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro, deverão cadastrar-se acrescidas das expressões ME, EPP ou MEI e apresentarem Simplificada da Junta Comercial.
- 4.9. O licitante, caso não seja credenciado, deverá providenciar previamente, o seu credenciamento perante o "Sistema de Licitações Eletrônicas do Banco do Brasil", em qualquer agência de todo o País, mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 4.10. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 4.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances.
- 4.12. Para o credenciamento será necessário o comparecimento do representante legal da sociedade licitante a estabelecimento indicado pelo provedor do sistema, o fornecimento de cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios, a assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento (de utilização do sistema), a assinatura de Termo de Nomeação de Representante, que habilitará a pessoa física



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

indicada a realizar negócios em nome da pessoa jurídica credenciada.

- 4.13. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.
- 4.14. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.15. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.16. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.17. Caso o PROPONENTE já esteja cadastrado no Sistema e não contém os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema. Para tanto, deverá dirigir-se a qualquer agência do BANCO BRASIL, provedor do Sistema.

5. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, conforme art. 26 do Decreto federal 10.024/2019.
 - 5.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos

neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, conforme art. 26, § 3º do Decreto dederal10.024/2019.

5.1.2. Em campo próprio do sistema, a licitante deverá anexar todos os documentos de habilitação para cada item que se pretenda participar, sob pena de inabilitação do certame.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 5.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1° da LC nº 147 de 2014.
- 5.3. A Participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao sistema Eletrônico, mediante digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do referido sistema, até o prazo limite para acolhimento das propostas, conforme descrito no preâmbulo deste edital.
- 5.4. Para formulação das propostas iniciais deverá ser considerado O VALOR GLOBAL DE CADA LOTE, obtido através da multiplicação dos valores unitários pela quantidade indicada no termo de referência pertinente.
- 5.5. As propostas de preços deverão ser enviadas ao sistema considerando o VALOR TOTAL DO LOTE DA LICITAÇÃO, obtido através da multiplicação dos valores unitários pela quantidade indicada no termo de referência pertinente.
- 5.6. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta de lances.
- 5.7. Até o encerramento do acolhimento das propostas as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.8. Serão desclassificadas as propostas iniciais com valor superior ao máximo admitido para cada ITEM ou que não atenderem as exigências deste edital, inclusive do subitem anterior.
- 5.9. É vedada a identificação da licitante nos arquivos ou em qualquer parte do sistema licitações-e até o final da sessão pública de lances, sob pena de desclassificação.
- 5.10. Qualquer caracterização, apresentação de logomarca, ou indícios de identificação da licitante, acarretará na quebra de sigilo e na desclassificação imediata.
- 5.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 5.12. Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.
- 5.13 Incumbirá, ainda, ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.14. Os documentos de Habilitação deverão ser apresentados conforme a ordem deste Edital, rubricados e com numeração de página no rodapé.
- 5.15. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.16. As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.
- 5.17. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico estiver acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.
- 5.18. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa pelo sistema e reiniciada somente após a comunicação às licitantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. O Pregoeiro irá analisar e decidir, acerca da possibilidade de manter o pregão suspenso, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.
- OBS.: Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de lances.

6. DA PROPOSTA ELETRÔNICA

6.1. A partir da data e horário indicados no preâmbulo deste edital terá início o período de acolhimento das propostas iniciais, as quais deverão ser inseridas em local específico no Sistema de Licitações Eletrônicas.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 6.2. Finalizado o prazo para acolhimento das propostas iniciais (indicado no preâmbulo deste edital) não será mais possível a inserção de propostas no Sistema de Licitações.
- 6.3. A proposta eletrônica não poderá conter a identificação da empresa, bem como nos documentos anexos à mesma, tais como: declarações, catálogos, detalhamentos e outros como links para pesquisa de modelos, etc., sob pena de desclassificação.
- 6.4. As propostas eletrônicas deverão conter:
 - a) Preço total da proposta, incluindo todos os custos inerentes à execução do objeto, com apenas duas casas decimais; fixos e irreajustáveis;
 - b) Indicação da marca ofertada do Produto cotado, contendo seu detalhamento, que deverá ser informado no campo "informações adicionais";
 - c) Prazo de entrega 15 dias após encaminhamento da Nota de Empenho;
 - d) Prazo de validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data limite para protocolo dos envelopes de proposta e habilitação;
 - e) Tal prazo ficará suspenso no caso de processo administrativo ou judicial;
 - f) A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período;
 - g) Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.
- 6.5. Quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste pregão ser fornecido, executado, sem ônus adicionais.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 6.6. O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.
- 6.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.8. Cada Licitante poderá ofertar apenas uma proposta.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. A partir do horário descrito no preambulo do edital e previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de formecimento, previstas neste Edital.
- 7.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo informados imediatamente do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.3. Para fins de formulação dos lances os licitantes deverão durante toda etapa de lances ofertarem o preço por ITEM, obtido através da multiplicação dos valores unitário pela quantidade indicada no referido item.
- 7.4. Só serão aceitos os lances, cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo sistema pelo próprio licitante.
- 7.5. No preço dos lances deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, insumos, inclusive ferramentas, seguro, utensílios e equipamento, administração, impostos, taxas e despesas, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado.
- 7.6. O sistema não aceitará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. Entretanto, o licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.
- 7.7. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação ao autor do lance aos demais participantes.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

7.8. Modo de disputa (ABERTO E FECHADO (art. 33, DECRETRO FEDERAL 10.024/2019)

- 7.8.1. O modo de disputa aberto e fechado será de 15 (quinze) minutos de tempo inicial fixo (art. 33, Decreto Federal 10.024/2019).
- 7.8.2. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada (art. 33, § 1°, Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.8.3. Após o aviso de fechamento de lances, o sitema abrirá no prazo de 5 (cinco) minutos, oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, conforme § 2º do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.8.4. O intervalo mínimo de diferença entre os valores ou percentuais entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo).
- 7.8.5. Finalizada a etapa de lances, o sistema ordenará todos os melhores valores (por ordem de vantajosidade) para que apresentem seus últimos lances finais e fechados. A proposta inicial também será considerada o primeiro lance (os melhores serão, então, o autor do menor lance e os demais que estiverem com valores até 10% acima do menor valor).
- 7.8.6. Nos 5 (cinco) minutos destinados à oferta de proposta/lances fechados, o licitante poderá optar por manter seu último valor ou cobri-lo em um novo e último lance final e fechado.
- 7.8.7. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2° do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, § 3°, art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.8.8. Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade, conforme § 4º do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.8.9. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, § 5° do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.

- 7.8.10. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5°, conforme disposição do § 6° do art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.
- 7.9. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 7.10. Findo a fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica www.licitacoese.com.br, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.
- 7.13. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, solicitação de contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço mais vantajoso para o município, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 7.13.1. O Pregoeiro deverá negociar contraproposta exclusivamente pelo sistema eletrônico de licitações, sendo vedada a negociação por qualquer outro meio.
- 7.14. O Sistema anunciará o licitante detentor da melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances para cada lote, ou quando for o caso, após a negociação e decisão do Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 7.15. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 7.16. Acatada a proposta, constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e não havendo manifesto de intenção de interposição de recurso, o objeto será adjudicado à licitante autora da proposta ou lance de menor preço.
- 7.17. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda as estimativas para contratação.
- 7.18. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e/ou que consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado.
- 7.19. O licitante deverá remeter os originais ou cópias devidamente autenticadas em cartório competente, via correios, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, para o endereço: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA-MS, Rua São Paulo, nº 964, Centro, CEP: 79.170-000.
- 7.20. A proposta de preços contendo as especificações detalhadas do objeto deverá ser formulada pela empresa vencedora e enviada através do e-mail: comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br; no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados a partir da solicitação do pregoeiro na plataforma do Banco do Brasil.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.11.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

8.13. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.2. A Documentação de Habilitação deverá ser apresentada de acordo com todas as exigências deste Edital.
- 9.3. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:
- 9.3.1. Habilitação jurídica;
- 9.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista;
- 9.3.3. Qualificação econômico-financeira;

9.3.4. Qualificação técnica;

- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<u>www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</u>);
- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- 9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 9.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.6. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.6.1. Habilitação jurídica:

- 9.6.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.6.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI:
- 9.6.1.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.6.1.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.6.1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.6.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a. certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI.
- b. O Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizarão diligências complementares e poderão solicitar os esclarecimentos necessários para confirmar a veracidade da declaração de enquadramento de ME/EPP das empresas que tiverem propostas aceitas, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- c. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- d. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.6.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. Alvará de Localização e Funcionamento ou Alvará de Licença e Funcionamento, expedida pelo órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede da licitante, para exercer atividade pertinente com o objeto licitado, que esteja dentro do prazo de validade. No caso do Distrito Federal, a licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.
- f. Alvará de Licença Sanitária (ALS) de titulariedadeda empresa licitante, expedido pelo orgão competente da esfera estadual ou municipal da sede da licitante;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- g. Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.
- h. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Município), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.

9.6.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.6.4.1. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6.5. Qualificação técnica, por meio de:

- 9.6.5.1. Certificado do INMETRO ou de outro órgão oficial ou credenciado, de acordo com a norma da ABNT NBR 13904/2003, quando cabível ao tipo de produto;
- 9.6.5.2. **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executou ou está executando satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação, devendo informar o nível de satisfação com a execução dos mesmos.
 - I Para atender o disposto acima é necessário que o Atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
 - II No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- a) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.
- III Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação da qualificação técnica exigida e, se possível, indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.
- 9.6.5.3 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) de titularidade da empresa participante efetiva da licitação ou de titularidade de empresa produtora/importadora/distribuidora, (em orignal ou cópia autenticada) pertinente ao objeto licitado, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, para os seguines itens 01,02,03,05,08 e 09.

9.6.6. Declarações:

- 9.6.6.1. Declaração de Credenciamento conforme modelo do ANEXO III do edital.
- 9.6.6.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme ANEXO IV do edital.
- 9.6.6.3. Declração de cumprimento do disposto no inc. XXXIII, do art. 7° da Constituição, conforme ANEXO V do edital.
- 9.6.6.4. Declaração de inexistência de fato superveniente, conforme ANEXO VI do edital.
- 9.6.6.5. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme ANEXO VII do edital.
- 9.7. O Pregoeiro poderá nos termos do § 3º do Art. 43 da Lei 8.666/93, promover diligência para averiguação da autenticidade do documento apresentado;
- 9.8. Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou a apresentarem com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.
- 9.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os beneficios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

- 9.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema eletrônico.
 - 9.10.1. Os documentos solicitados que por sua natureza devam ser expedidos por órgão público, deverão estar no prazo de validade neles previstos, e todos os demais que não conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.
 - 9.10.2. Posteriormente, os documentos que não possuirem autenticação digital, deverão ser remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (tres) dias úteis, após encerramento do pregão e declaração do vencedor.
 - 9.10.2.1. No caso de autenticação digital, dos documentos anexados préviamente no sistema, não será necessário o encaminhamento via correios.
- 9.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 9.15. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 9.16. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.19. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.
- 10.4. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.5. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 10.6. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

prazo de 4 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, devendo ser enviada a proposta física junto com a documentação de habilitação, e ainda:

- 11.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 11.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional de fornecimento do objeto da licitação, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora.
- 14.1.1. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhála para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida a origem, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

registrados e demais condições.

- 14.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 14.6. Colhidas às assinaturas, o Departamento de Licitações e Compras providenciará a imediata publicação da Ata no Diário Oficial do Município.
- 14.7. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.
- 14.8. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação.
- 14.9. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.
- 14.10. A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência 12(doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

15. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Saude na qualidade de Detentora da Ata.
- 15.2. Caberá a Usuária da Ata a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.
- 15.3. As Usuárias da Ata deverão informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.
- 15.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta Rua São Paulo, 964 Centro CEP: 79170-000 Fone/Fax : (067) 3272-7400



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

- 15.5. As Adesões previstas na forma do item acima não poderão exceder ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 15.6. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas neste edital.
- 15.7. O Município de Sidrolândia não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato. O prazo de vigência da contratação poderá ser de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.
- 16.2. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

17. DO PREÇO

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis durante a vigência da ata de registro de preços.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 17.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 17.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Pregoeiro notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
- 17.4. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Pregoeiro formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
- 17.5. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
- 17.6. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá a Prefeitura Municipal de Sidrolândia MS, solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20. 2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5°, § 3°, da Lei n° 8.666, de 1993.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 20.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- 20.8. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

= 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 21.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 21.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 22.2. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 22.3. apresentar documentação falsa;
- 22.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 22.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.6. não mantiver a proposta;
- 22.7. cometer fraude fiscal;
- 22.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.9. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 22.10. Licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.11. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 22.12. Impedimento de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Sidrolandia, pelo prazo de até cinco anos;
- 22.13. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 22.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 22.16. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1. Qualquer interessado poderá, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão de processamento do Pregão, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital, sob pena de decadência de fazê-lo administrativamente.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail comissao.licitacao@sidrolandia.ms.gov.br, por petição dirigida ou protocolada no endereço RUA SÃO PAULO, Nº 964, CENTRO, SIDROLÃNDIA-MS, Seção de Licitações.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, com a devida publicidade, inclusive das alterações, se houverem.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 23.4.1. Não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão, deverá o impugnante participar normalmente do certame até que haja o mérito relativo a impugnação.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente licitação correrão a cargo da Secretaria Municipal de Saude, usuária da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua São Paulo, Nº 964, Centro, Sidrolândia-MS, nos dias úteis, no horário das 07:00 horas às 13:00 horas (horário de MS), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFÊRENCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII, DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sidrolândia, MS, 23 de agosto de 2021.

LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31 Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA-MS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2021 Processo Administrativo n.º 4144/2021

1. DO OBJETO

Registro de preços para Aquisição de produtos e materias hospitalares destinados a grupos de pessoas com doenças crônicas, em decorrência da pandemia do COVID-19 para atender a demanda da Secretária Municipal de Saúde, de acordo com as especificações técnicas constantes do Anexo I do Edital conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nesse instrumento e em seu anexo I:

				VALOR	
LOTE	PRODUTO	UND	QTD	UNIT	VALOR TOTAL
1	ALCOOL 70% EM GEL FRASCO COM 100 ML, ALCOOL EM GEL FRASCO COM 100 ML ANTISSEPTICO, FEITO A PARTIR DO ETANOL, IDEAL PARA HIGIENIZAR AS MÃOS DE MANEIRA EFICIENTE E RAPIDA, SEM RESSECAR A PELE. ELE ELIMINA 99,9% DOS GERMES E BACTERIAS QUE FICAM IMPREGNADOS NAS MÃOS EM POUCOS SEGUNDOS.UTILIZADO TAMBEM PARA DESINFEÇÃO DAS SUPERFICIES E OBJETOS INDICADO NA PREVENÇÃO AO VIRUS COVID -19 E GRIPE H1N1. ACONDICIONADO EM FRASCO DE 100ML.	FRASCO	420	R\$ 4,08	R\$ 1.713,60
2	ALCOOL LIQUIDO 70% 1 LITRO, COMPOSIÇÃO: ALCOOL HIDRATADO, TIPO: LIQUIDO APLICAÇÃO PRODUTO LIMPEZA DOMESTICA, NORMAS TECNICAS: REGISTRO NO MINISTERIO DA SAÚDE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM DE 1 LITRO.	UN	420	R\$ 9,10	R\$ 3.822,00
3	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL INCOTERM, VISOR DECIMAL; MEDIÇÃO EM °C, A PROVA D'AGUA, MEMORIZADOR DE ULTIMA TEMPERATURA, COM CERTIFICAÇÃO DA ANVISA, VERIFICANDO A APROVADO PELO INMETRO; 100% RESISTENTES A AGUA; BEEP SONORO DE AVISO DE MEDIÇÃO; DISPLAY LCD DE FACIL VISUALIZAÇÃO; ALARME DE FEBRE; MEMORIA DA ULTIMA MEDIÇÃO; DESLIGAMENTO AUTOMATICO; INDICADOR DE BATERIA FRACA; 01 ANO DE GARANTIA.	UN	420	R\$ 22,88	R\$ 9.608,55
4	MASCARA DE TECIDO ADULTO, MASCARA DE TECIDO, TAMANHO ADULTO, SENDO 90% ALGODÃO COM 10% ELASTANO; ANTI-ALERGICA, ADEQUADO PARA USO HUMANO; MEDIDAS PADRONIZADAS PARA O TAMANHO DAS MASCARAS, CONFORME PRECONIZADO PELAS NORMAS DA ABNT-ASSOÇIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. O DESIGN DA MASCARA	UN	4.800	R\$ 3,76	R\$ 18.032,02



ASS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

	CINED/IVIE. 05.30 I	1.574/000	11-51	-	•
	FACIAL DEVE SER CONFORTAVEL E EFICIENTE;				
	COBRIR DA ALTURA DO QUEIXO AO NARIZ BEM				
	ADAPTADO AO ROSTO, PARA QUE SE EVITE SUA				
	RECOLOCAÇÃO TODA HORA.				
	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL				
	COM ELASTICO, A MASCARA CIRURGICA DEVE				
	POSSUIR ELASTICO E SER CONSTITUIDA EM				
	MATERIAL TECIDO-NÃO-TECIDO(TNT) PARA USO				
	ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, POSSUIR NO				
	MINIMO UMA CAMADA INTERNA E UMA CAMADA				
	ESTERNA E OBRIGATORIAMENTE UM				
	ELEMENTO FILTRANTE. A CAMADA EXTERNA E				
	O ELEMENTO FILTRANTE DEVEM SER				
	RESISTENTES A PENETRAÇÃO DE FLUIDOS				
_	TRANSPORTADOS PELO AR (REPELENCIA E	TINT	0.000	D# 0 F0	D# 4.740.75
5	FLUIDOS). ALEM DISSO, DEVE SER	UN	9.000	R\$ 0,53	R\$ 4.740,75
	CONSTITUÍDA DE FORMA A COBRIR				
	ADEQUADAMENTE A AREA DO NARIZ E DA				
	BOCA DO USUARIO, POSSUIR UM CLIPE NASAL				
	CONSTITUIDO DE MATERIAL MALEAVEL QUE				
	PERMITE O AJUSTE ADEQUADO DO CONTORNO				
	DO NARIZ E DAS BOCHECHAS. E O ELEMENTO				
	FILTRANTE DEVE POSSUIR EFICIENCIA DE				
	FILTRAGEM DE PARTICULAS (EFP)>98% E				
	EFICIENCIA DE FILTRAGEM BACTERIOLOGICA				
	(BFE)>95%.				
6		TINI	400	D\$ 00.49	R\$ 9.440,20
6	NECESSAIRE PERSONALIZADA DST AIDS.	UN	420	R\$ 22,48	R\$ 9.440,20
	LENÇOL DE PAPEL, LENÇO DE PAPEL, LENÇO				
	DE BOLSO PAPEL DESCARTAVEL 1 PACOTES				
7	C/10 LENÇOS, PARA ADULTO, FOLHA DUPLA,	PCT	420	R\$ 4,31	R\$ 1.810,20
-	APROVADO PELO INMETRO, MEDIDA: 21CM X	101	0	11.0	114 11010,40
	21CM(LENÇOS DUPLOS), COMPOSIÇÃO:100% DE				
	FIBRAS NATURAIS.				
	ESFIGNOMANOMETRO ADULTO,				
	ESFIGMOMANOMETRO PARA MEDIÇÃO DE				
	PRESSÃO ARTERIAL COM VELCRO COM				
8	MANOMETRO DE 0-300 Mmhg,	UN	12	R\$ 88,92	R\$ 1.067,07
	CIRCUNFERENCIA DE BRAÇO DE 18 CM A 35	01.		14, 00,52	114 11001,01
	CM, COM VALVULA DE DEFLAÇÃO, PERA E				
	ESTOJO DE VIAGEM(VERIFICADO E APROVADO				
	PELO INMETRO).				
	ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE C				
9	ESTETOSCOPIO OBESO, ANEROIDE, ADULTO				
	OBESO, COM INMETRO, ACOMPANHA BOLSA.			_ +	_ *
	DESTINADA A BRAÇOS COM PERIMETRO DE 22	UN	12	R\$ 119,54	R\$ 1.434,45
	A CM. DOTADA DE UMA TIRA PARA FIXAÇÃO DO				
	MANOMETRO E SETA INDICADORA, PARA O				
	CORRETO POSICIONAMENTO SOBRE A ARTERIA.				
10	TOTEM ALCOOL GEL RECARREGAVEL COM				
	DISPENSER – ADULTO, TOTEM ALCOOL GEL				
	RECARREGÁVEL, COM DISPENSER ADULTO,				
	PEDAL DE ACIONAMENTO METALICO,				
	DISPENSER 2 LITROS/RECARREGÁVEL,				
	FABRICADO EM ESTRUTURA METALICA, CHAPAS	UN	12	R\$ 554,67	R\$ 6.656,00
	DECORATIVAS EM PLASTICO POLIONDA,				
	LARGURA 35 CM, ALTURA 140 CM,				
	PROFUNDIDADE 35 CM, COM LOGOMARCA DA				
1	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PUBLICA –				
1	SESAP.				



PÁGINA:				
ASS:				

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1 A Secretaria Municipal de Saúde justifica a necessidade de realização do processo licitatório para futura aquisição de produtos e materias hospitalares destinados a grupos de pessoas com doenças cronicas, em decorrencia da pandemia do COVID-19.
- 2.2 Visa à estruturação que permita a melhoria do acesso dos pacientes, buscando consolida e efetivar esse compromisso público.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

3.1. De acordo com o disposto no parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, os itens relacionados no presente Termo de Referência consideram-se bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente pelo edital e por especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, após o pedido da Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.3.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- **5. O CONTRATADO** deverá manter atualizado seus dados cadastrais.
- **6. DO LOCAL DE ENTREGA**: Os locais para entrega dos bens sera aquele indicado pela Secretaria de Saúde. Entretanto, pode ocorrer mudança de endereço na estrutura dos locais, situação em que far-se-á a respectiva adequação da prestação dos serviços a ser realizada, respeitando o valor porventura ajustado para a atividade conforme descrição do Termo de Referência.
- **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual por acrescer os custos de Administração e Fiscalização do contrato, bem como, proporcionar a ampla concorrência, permitindo que pequenas empresas e microempresas possam concorrer ao certame licitatório pela íntegra do objeto.
- **8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**: Os serviços prestados serão gerenciados e fiscalizados por representantes do CONTRATANTE, por meio de servidor devidamente capacitado, que poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, esclarecimentos, demonstrações e documentos que comprovem a regularidade do contrato.
- **9**. A administração indicará servidores (fiscal e suplente), por meio de portaria devidamente publicada, para acompanhar o presente objeto deste contrato.
- **10. DO CUSTO ESTIMADO**: O valor estimado da despesa decorrente aquisição de destes objetos é de R\$ xx.xxx,xx
- **11.** O transporte dos objetos deverá ser realizado pela CONTRATADA e entregue conforme solicitação da Secretaria de Saúde.
- **12. DO PRAZO DE ENTREGA**: 15 dias contados do pedido da Secretaria Municipal de Saúde.
- **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**: A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior na prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 14.1. Indicar por escrito e antes do início das atividades, preposto, aceito pelo CONTRATANTE, duranteo período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário, indi-cando-se o seu nome, telefone e email, a quem o fiscal do contrato deverá se reportar para resolução dependências;
- 14.2. Comunicar previamente ao CONTRATANTE sobre problemas que possam ocasionar alterações de horário de entrega dos objetos.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 14.3. Orientar os profissionais sob sua responsabilidade sobre o teor do contrato firmado de forma a ga-rantir sua fiel execução;
- 14.4. Apresentar a documentação enviada para "Atesto" da Nota Fiscal de Serviços, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista atualizada e Certidão de regularidade junto ao INSS e ao FGTS e fisco federal, estadual e municipal do domicílio da sede.
- 14.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- 14.6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com os compromissos assumidos, todas as condições de habilitação exigidas durante o procedimento licitatório.
- 14.7. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados a CONTRATADA ou a terceiros.
- **15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**: além das obrigações legais, o CONTRATANTE obriga-se ainda, a:
- 15.1. Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura;
- 15.2. Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato até o prazo máximo de 10 (dez) dias após sua assinatura;
- 15.3. Notificar a vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na exe-cução do Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 15.4. Realizar o pagamento pela execução do contrato;

16. DO PAGAMENTO:

- 16.1. O pagamento devido à empresa CONTRATADA será efetuado através de crédito em conta corrente, no prazo de até 30 dias uteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e após a declaração pelo CONTRATANTE do recebimento definitivo dos serviços prestados.
- 16.2. Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada a data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da CONTRATADA.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

16.3. Como condição para início da contagem de prazo para pagamento e sua efetivação, as Notas Fiscais deverão ser acompanhadas obrigatoriamente de: Certidões Negativas de Débito:

- 16.3.1. de Tributos Contribuições Federais;
- 16.3.2. de Tributos Contribuições Estaduais;
- 16.3.3. de Tributos Contribuições Municipais;
- 16.3.4. de Regularidade do FGTS (CRF);
- 16.3.5. do INSS (CND);
- 16.3.6. Trabalhistas (CNDT).

LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde Pública



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 49/2021

PROCESSO Nº 4144/2021

MODELO DE PROPOSTA					
CNPJ:					
Endereço:					
Cidade	/ Estado:				
Fone:	/ E-mail:				
À Equipe de Pregão:					
Edital do Pregão eletrônico	Edital do Pregão eletrônico SRP Nº. 49/2021				

Senhor Pregoeiro, nossa proposta para cumprir o Objeto desta licitação nos termos

estabelecidos no Edital e seus anexos é a seguinte:

	tabelecidos no Euriai e seus anexos e a seg			VALOR	VALOR	
LOTE	PRODUTO	UND	QTD.	UNIT.	TOTAL.	MARCA
1	ALCOOL 70% EM GEL FRASCO COM 100 ML, ALCOOL EM GEL FRASCO COM 100 ML ANTISSEPTICO, FEITO A PARTIR DO ETANOL, IDEAL PARA HIGIENIZAR AS MÃOS DE MANEIRA EFICIENTE E RAPIDA, SEM RESSECAR A PELE. ELE ELIMINA 99,9% DOS GERMES E BACTERIAS QUE FICAM IMPREGNADOS NAS MÃOS EM POUCOS SEGUNDOS.UTILIZADO TAMBEM PARA DESINFEÇÃO DAS SUPERFICIES E OBJETOS INDICADO NA PREVENÇÃO AO VIRUS COVID -19 E GRIPE H1N1. ACONDICIONADO EM FRASCO DE 100ML.	FRASCO	420			
2	ALCOOL LIQUIDO 70% 1 LITRO, COMPOSIÇÃO: ALCOOL HIDRATADO, TIPO: LIQUIDO APLICAÇÃO PRODUTO LIMPEZA DOMESTICA, NORMAS TECNICAS: REGISTRO NO MINISTERIO DA SAÚDE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM DE 1 LITRO.	UN	420			
3	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL INCOTERM, VISOR DECIMAL; MEDIÇÃO EM °C, A PROVA D'AGUA, MEMORIZADOR DE ULTIMA TEMPERATURA, COM CERTIFICAÇÃO DA ANVISA, VERIFICANDO A APROVADO PELO INMETRO; 100% RESISTENTES A AGUA; BEEP SONORO DE AVISO DE MEDIÇÃO; DISPLAY LCD DE FACIL VISUALIZAÇÃO; ALARME DE FEBRE; MEMORIA DA ULTIMA MEDIÇÃO; DESLIGAMENTO AUTOMATICO; INDICADOR DE BATERIA FRACA; 01 ANO DE GARANTIA.	UN	420			
4	MASCARA DE TECIDO ADULTO, MASCARA DE TECIDO, TAMANHO ADULTO, SENDO 90% ALGODÃO COM 10% ELASTANO; ANTI-ALERGICA, ADEQUADO PARA USO HUMANO; MEDIDAS PADRONIZADAS PARA O TAMANHO DAS MASCARAS, CONFORME PRECONIZADO PELAS NORMAS DA ABNT-ASSOÇIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. O DESIGN DA MASCARA FACIAL DEVE SER CONFORTAVEL E EFICIENTE; COBRIR DA ALTURA DO QUEIXO AO NARIZ BEM ADAPTADO AO ROSTO,	UN	4.800			



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

	DADA OHE CE DIMER CHA DECOLOCAÇÃO MODA		T .		
	PARA QUE SE EVITE SUA RECOLOCAÇÃO TODA HORA.				
5	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO, A MASCARA CIRURGICA DEVE POSSUIR ELASTICO E SER CONSTITUIDA EM MATERIAL TECIDO-NÃO-TECIDO(TNT) PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, POSSUIR NO MINIMO UMA CAMADA INTERNA E UMA CAMADA ESTERNA E OBRIGATORIAMENTE UM ELEMENTO FILTRANTE. A CAMADA EXTERNA E O ELEMENTO FILTRANTE DEVEM SER RESISTENTES A PENETRAÇÃO DE FLUIDOS TRANSPORTADOS PELO AR (REPELENCIA E FLUIDOS). ALEM DISSO, DEVE SER CONSTITUÍDA DE FORMA A COBRIR ADEQUADAMENTE A AREA DO NARIZ E DA BOCA DO USUARIO, POSSUIR UM CLIPE NASAL CONSTITUIDO DE MATERIAL MALEAVEL QUE PERMITE O AJUSTE ADEQUADO DO CONTORNO DO NARIZ E DAS BOCHECHAS. E O ELEMENTO FILTRANTE DEVE POSSUIR EFICIENCIA DE FILTRAGEM DE PARTICULAS (EFP)>98% E EFICIENCIA DE FILTRAGEM BACTERIOLOGICA (BFE)>95%.	UN	9.000		
6	NECESSAIRE PERSONALIZADA DST AIDS.	UN	420		
7	LENÇOL DE PAPEL, LENÇO DE PAPEL, LENÇO DE BOLSO PAPEL DESCARTAVEL 1 PACOTES C/10 LENÇOS, PARA ADULTO, FOLHA DUPLA, APROVADO PELO INMETRO, MEDIDA: 21CM X 21CM(LENÇOS DUPLOS), COMPOSIÇÃO:100% DE FIBRAS NATURAIS.	PCT	420		
8	ESFIGNOMANOMETRO ADULTO, ESFIGMOMANOMETRO PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL COM VELCRO COM MANOMETRO DE 0- 300 Mmhg, CIRCUNFERENCIA DE BRAÇO DE 18 CM A 35 CM, COM VALVULA DE DEFLAÇÃO, PERA E ESTOJO DE VIAGEM(VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO).	UN	12		
9	ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE C ESTETOSCOPIO OBESO, ANEROIDE, ADULTO OBESO, COM INMETRO, ACOMPANHA BOLSA. DESTINADA A BRAÇOS COM PERIMETRO DE 22 A CM. DOTADA DE UMA TIRA PARA FIXAÇÃO DO MANOMETRO E SETA INDICADORA, PARA O CORRETO POSICIONAMENTO SOBRE A ARTERIA.	UN	12		
10	TOTEM ALCOOL GEL RECARREGAVEL COM DISPENSER – ADULTO, TOTEM ALCOOL GEL RECARREGÁVEL, COM DISPENSER ADULTO, PEDAL DE ACIONAMENTO METALICO, DISPENSER 2 LITROS/RECARREGÁVEL, FABRICADO EM ESTRUTURA METALICA, CHAPAS DECORATIVAS EM PLASTICO POLIONDA, LARGURA 35 CM, ALTURA 140 CM, PROFUNDIDADE 35 CM, COM LOGOMARCA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PUBLICA – SESAP.	UN	12		
		VALO	OR TOTA	L	



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

Declaramos que nos valores acima registrados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o objeto ofertado, tais como fretes, impostos, taxas, contribuições e demais encargos relacionados no instrumento convocatório. Declaramos ainda que, concordamos com todos os termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 49/2021 e seus Anexos.

Validade da Proposta: 60	0 (sessenta) dias.
Sidrolândia-MS, de _	de 2021.
F	NOME: RG:/SSP//CPF: Cargo na Empresa:
	Carimbo do CNP I



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO III DO PREGÃO - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 49/2021 PROCESSO n° 4144/2021

T	1	T (\cap	(H	\cap	DE	CRED	NA	$CI\Delta$	Λ.	/FN	$T \cap$
1	v	ı١		 וביוי	11	コノロン	していし	אוליוו	() <i> </i>	١ı	ハロンロ	10

Por				credencian , portador(a) da			Sr.(a) le n.º
		e CP	F n.º .		,	a participa	ar da
SRP,	, sob o n.º 49,	a pela Sec: /2021, na	retaria de Sa qualidade d	aúde, na modalic e REPRESENTAI	lade de Pi NTE LEG	regão Eletró AL, outorga	nico ndo-
				pronunciar-se			da
	, CNPJ nº		/000	, bem co	mo formi	ılar propos	tas e
prati	icar todos os d	emais atos	inerentes a	o certame.			
Licit	ante com sede	no municí	pio de		_/MS.		
Licit	ante com sede	fora do m	anicípio de _		_/MS.		
			,	de			de
2021							_
			actumo do(a)	dinigonto(a) do or			
		ASSII	iatura do(s)	dirigente(s) da er	npresa		
			Nome do dir	rigente da empre			
			monne do di	iscinc da cimpic	sa		

(OBS: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ VIR FORA DOS ENVELOPES E A LICITANTE DEVERÁ MARCAR SE A EMPRESA POSSUI SEDE OU NÃO NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA-MS)



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO IV DO PREGÃO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 49/2021 PROCESSO Nº 4144/2021

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

fins de participação no pro Eletrônico SRP n° 49/2021, o nos termos do artigo 4°, in	, declara à prefeitura de Sidrolândia-MS, para ocedimento licitatório sob a modalidade de Pregão cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação, ciso VII da Lei nº 10.520/2002, estando ciente da
responsabilidade administrat	
Local, de	de 2021.
Assi	natura do representante legal



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO V

DO PREGÃO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII, DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO

PREGÃO LETRÔNICO SRP Nº 49/2021 PROCESSO Nº 4144/2021

Declaramos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA-MS, referente ao edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 49/2021, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

-	Assinatura e carimbo
	(representante legal)

Local, _____ de _____ de 2021.

OBSERVAÇÕES: EMITIR EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A LICITANTE.



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO VI DO PREGÃO - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fatos que

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 49/2021 PROCESSO Nº 4144/2021

N° DO CNPJ/MF DA EMPRESA

45



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO VII DO PREGÃO - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 49/2021 PROCESSO Nº 4144/2021

	(razão social), pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob o nº	(informar o
numero do CNPJ), com sede à	, N°
, Municipio	(endereço), por intermédio de seu (a)
representante legal Sr(a)	(nome),
inscrito(a) no CPF sob o nº	(informar) e no RG nº
	ra para os devidos fins e sob as penas da lei,
	nico nº 49/2021 (informar), que a proposta
<u> </u>	dependente pela licitante e o conteúdo da
<u> </u>	eta ou indiretamente, informado, discutido
	ante potencial ou de fato desta licitação.
<u> </u>	car a proposta não foi informada, discutida
	icipante potencial ou de fato da licitação.
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	por qualquer meio ou por qualquer pessoa, ticipante potencial ou de fato da licitação,
quanto a participar	ou não da mesma.
quanto a participar	ou nao da mesma.
detêm plenos poderes e informações p	o teor e da extensão desta declaração e que para firmá-la, se responsabilizando pela ue os preços se referem a preços usuais de
(n	nunicípio) - (UF), (dia) de (mês) de (ano).
(razão socia	1)
CNPJ:	



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 49/2021 PROCESSO Nº 4144/2021

1 ROCE050 N +1++/2021
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2021
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAS HOSPITALARES DESTINADOS A GRUPOS DE PESSOAS COM DOENÇAS CRONICAS, EM DECORRENCIA DA PANDEMIA DO COVID-19 PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte um, O MUNICIPIO DE SIDROLÂNDIA-MS, com sede na RUA São Paulo, N° 964, Bairro: Centro, CEP 79.170-000, CNPJ n° 03.501.574/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITA MUNICIPAL, VANDA CRISTINA CAMILO, brasileira, inscrita no CPF sob o n° 638.072.381-15, residente e domiciliado à Rua Distrito Federal, n° 64, Centro, no Município de SIDROLÂNDIA-MS, doravante denominada Contratante, no uso de suas atribuições legais, resolve, nos termos das Leis n° 8.666/1993 e n° 10.520/2002, Decretos n° 7.892/2013 e n° 3.555/2000, em face da Licitação Pregão Eletrônico n° 49/2021, modalidade pregão, forma presencial – SRP, registrato os preços da empresa segundo as seguintes cláusulas e condições:
1.DO OBJETO:
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços aquisição de produtos materias hospitalares destinados a grupos de pessoas com doenças crônicas, en decorrência da pandemia do COVID-19 para atender a demanda da Secretári Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses após a publicação do extrato da ata na imprensa oficial, conforme especificações e condições estabelecidas no Edita e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.
1.2. As quantidades constantes do Termo de Referência (Anexo I) são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.
2. DA EMPRESA REGISTRADA:
2.1 Empresa Adjudicatária:, CNPJ nº, com sede no
telefone n°, fax n°, representada por seu, Senhor

3.1 O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Secretaria de Saúde, por intermédio do Sr. _______, CPF N: ______.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

4.	DOS	PREÇOS	REGISTR	ADOS:
----	-----	---------------	---------	-------

4.1	O preço,	as	quantidad	les e a	s espe	ecificaçõ	es do f	orne	cimento	registrado	nesta
ata	constam	da	proposta	da em	presa	adjudic	atária,	que	é parte	integrante	desta
ata,	sendo o	valo	or global d	e R\$ _			()).			

Item	Especificação	Un.	Valor Unitário.	Valor Total.	Marca

5. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO PEDIDO DE ENTREGA DOS MATERIAIS:

- 5.1. Após a assinatura desta Ata de Registro de Preços, se houver necessidade do fornecimento imediato, Secretaria de Saúde convocará a empresa cujo preço foi registrado.
- 5.2 A Secretaria de Saúde fará a solicitação para a entrega do objeto mediante emissão de pedido de entrega, cujo conteúdo deverá estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021.
- 5.3 A empresa adjudicatária deverá acusar o recebimento da solicitação, no prazo máximo de 24 horas.
- 5.4 A empresa adjudicatária fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.
- 5.5 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os produtos, conforme especificações e condições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021 e em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR:

6.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, da empresa registrada, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo aos quantitativos definidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021.



PÁGINA:		
ASS:		

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

- 6.2. Notificar a contratada quanto ao pedido de entrega, mediante o seu envio por meio de e-mail a ser repassado ou retirado pessoalmente pela contratada.
- 6.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
- 6.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados.
- 6.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços registrados e à aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO DETENTOR:

- 7.1. Garantir que os atos relativos ao registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente.
- 7.2. Manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório.
- 7.3. Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.
- 7.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 7.5. Pagamento das faturas dos fornecedores provenientes da execução do objeto desta ata, quando desta fizerem uso na forma da lei.

8. DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS (FORNECEDORES) DA ATA:

- 8.1. Assinar esta ata, no prazo determinado.
- 8.2. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
- 8.3. Manter atualizados os dados da empresa e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, fax, e-mail, entre outros.



PÁGINA:			
ASS:			

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado após o Aceite Definitivo dos materiais, em até 30 (trinta) dias, a partir da atestação da nota fiscal pelo servidor responsável pelo Aceite Definitivo, mediante depósito bancário em conta da contratada, cumprido os requisitos dispostos no Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021.

10. DA REVOGAÇÃO DA ATA E CANCELAMENTO DO REGISTRO:

- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preço;
- 10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 10.1.3. Sofrer sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 10.2. O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10. DA VIGÊNCIA:

A vigência desta Ata de Registro de Preços é de doze meses, contado da publicação do extrato.

11. DAS PENALIDADES:

A contratada ficará sujeita, nos casos de atraso injustificado no fornecimento, inexecução total ou parcial do contrato a ser firmado, às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações penais, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. O registro de preços objeto desta ata e a sua assinatura pelas partes não geram a obrigação de solicitar o fornecimento que deles poderá advir independentemente de estimativa de consumo indicada no Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021.
- 12.2. A empresa signatária desta ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente de suas obrigações nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº49/2021 e da sua proposta, que passam a fazer parte da presente ata e a reger as relações entre as



PÁGINA:	
ASS:	

CNPJ/MF: 03.501.574/0001-31

partes, para todos os fins.

- 12.3. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do procedimento licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.
- 12.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 12.5. O quantitativo decorrente das adesões a ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 12.6. As demais condições estão consignadas nos seguintes documentos, que são parte desta ata, independentemente de transcrição:
- 12.6.1. Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021;
- 12.6.2. Termo de Referência, correspondente ao Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 49/2021;
- 12.6.3. Proposta da empresa registrada, ajustada ao último lance do pregão.
- **13. DO FORO**: O foro da Cidade de Sidrolândia-MS, é o competente para solucionar conflitos de interesse entre e da empresa adjudicatária, relativos à presente ata e aos contratos dela advindos.
- **14. DA PUBLICIDADE**:O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no órgão da Imprensa Oficial conforme o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam à presente ata em três vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Órgão Gerenciador/Detentor:	
	Prefeito
Pela empresa adjudicatária:	
	Representante legal da empresa